

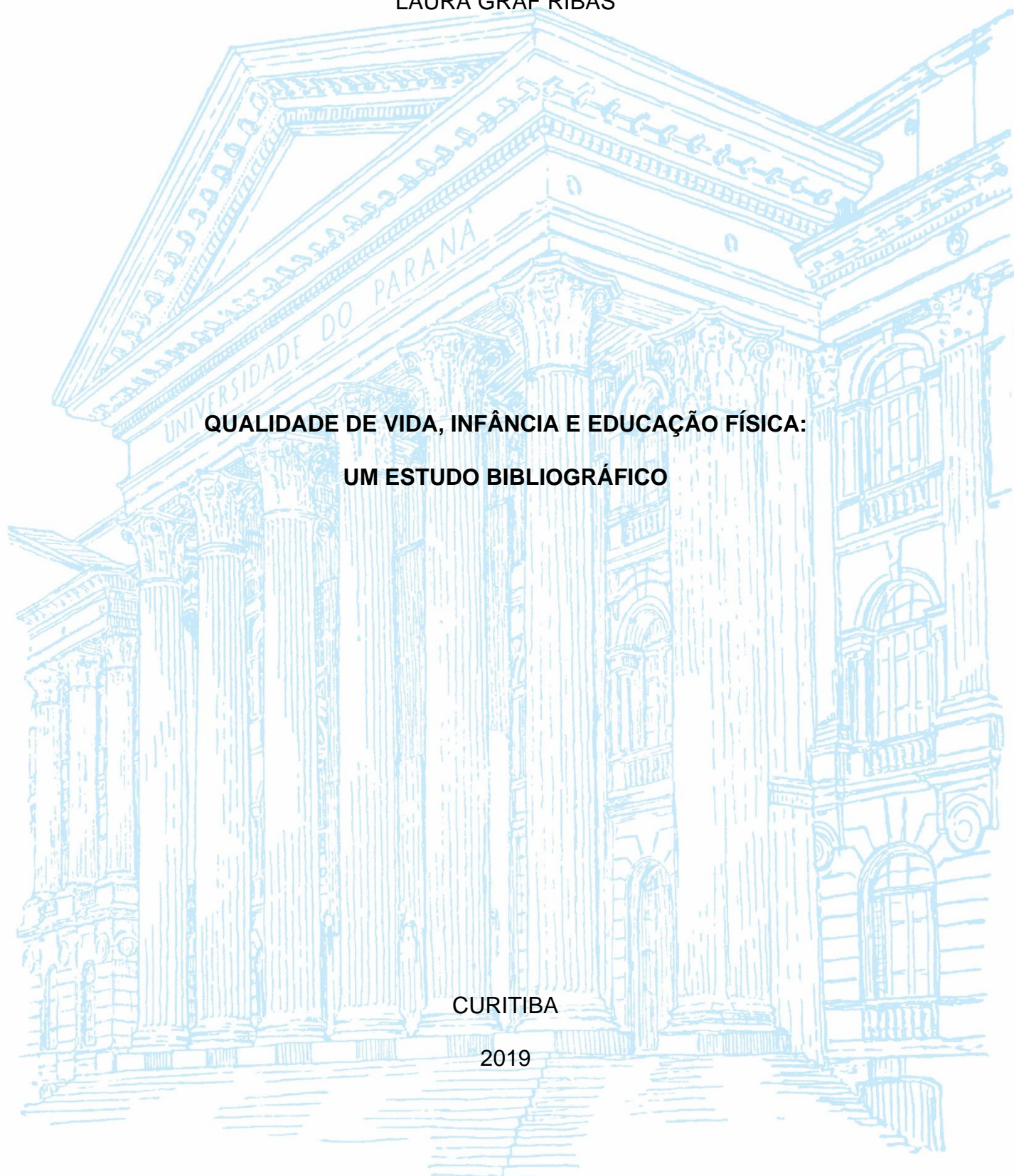
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LAURA GRAF RIBAS

**QUALIDADE DE VIDA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO FÍSICA:
UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

CURITIBA

2019



LAURA GRAF RIBAS

**QUALIDADE DE VIDA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO FÍSICA:
UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Educação Física.

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Gisele Santos

Co-orientadora: Profa. Dra. Luciane Paiva

CURITIBA

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

LAURA GRAF RIBAS

QUALIDADE DE VIDA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Educação Física.

Prof(a). Dr(a). Denise da Vinha

Orientador(a) – Departamento de Educação Física, UFPR

Prof(a). Dr(a). Vidal Palacios Calderon

Departamento de Educação Física, UFPR

Prof(a). Dr(a). Luciane Paiva

Departamento de Teoria e Prática de Ensino, UFPR

Curitiba, 6 de Dezembro de 2019

AGRADECIMENTOS

Ao Lucas, que esteve ao meu lado desde o momento que eu decidi escolher a Educação Física como profissão. Viveu comigo o sonho de entrar na UFPR e esteve comigo durante todo esse caminhar, até esse momento tão esperado e emocionante, o término da faculdade

À Luciane Paiva, que me deu motivação durante minha formação, disse palavras determinantes para eu não desistir da graduação, e por fim, foi a pessoa que me ajudou a chegar na aprovação do TCC.

Ao professor Vidal Paláceos, que me deu todo o suporte e apoio durante toda a minha graduação, e que foi de suma importância no último semestre e nos últimos dias, antes da apresentação do TCC.

À professora Denise da Vinha, que carinhosamente aceitou ser minha orientadora nos 45 minutos do segundo tempo, e que me deu a oportunidade da segunda chance mais importante da minha vida. Muito obrigada.

A todos que passaram na minha vida durante toda a minha graduação, e que me ajudaram de alguma forma, direta ou indiretamente.

RESUMO

Com base no trinômio do IDH (renda, saúde e educação), procurou-se conhecer a qualidade de vida de escolares brasileiros. Constatou-se ampla rede governamental voltada aos cuidados com o desenvolvimento pleno dessas crianças, que, ainda assim, apresentam deficiências alimentares e de saúde, interferindo em suas condições de vida e repercutindo em seu desempenho escolar. Verificou-se, inclusive, haver remanescentes de analfabetos entre os adultos, determinantes para a baixa renda familiar, uma vez que não têm acesso a melhores salários em razão da falta de capacitação para tanto. Dentre as possibilidades de intervenção para propiciar melhor qualidade de vida, transparece a primazia da área educacional e, em seu âmbito, a influência primordial da Educação Física para a obtenção de saúde e qualidade vida.

Palavras-chave: qualidade de vida; infância; educação; educação física.

ABSTRACT

Based on the HDI trinomial (income, health and education), we sought to know the quality of life of Brazilian students. It was found a large government network focused on the care of the full development of these children, who still have food and health deficiencies, interfering with their living conditions and impacting their school performance. It was even found that there are remnants of illiterate among adults, determining for low family income, since they do not have access to better salaries due to the lack of training to do so. Among the possibilities of intervention to provide better quality of life, the primacy of the educational area and, in its scope, the physical education.

Keywords: quality of life; childhood; education; physical education.

LISTA DE ABREVIATURAS

IDH	-	Índice e Desenvolvimento Humano
PNUD	-	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
OMS	-	Organização Mundial da Saúde
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAISC	-	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança
PSE	-	Programa Saúde na Escola
MEC	-	Ministério da Educação
INEP	-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
PNAE	-	Programa Nacional de Alimentação Escolar
ECA	-	Estatuto da Criança e do Adolescente
ONU	-	Organização das Nações Unidas
UNICEF	-	Fundo das Nações Unidas para a Infância
CONFED	-	Conselho Federal da Educação Física

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
	1.1 Problema	10
	1.2 Objetivo Geral	10
	1.2.1 Objetivos específicos	10
	1.3 Metodologia	11
	1.4 Justificativa	11
2	INFÂNCIA E QUALIDADE DE VIDA NO BRASIL	12
	2.2 Renda	12
	2.3 Saúde	13
	2.4 Educação	15
3	EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA NA INFÂNCIA ...	19
4	CONCLUSÃO	31
	REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se originou do interesse em pesquisar a qualidade de vida de escolares brasileiros. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica fundamentada na consulta de livros, revistas, artigos e sites oficiais de órgãos públicos que tratam do tema e chegou-se ao levantamento dos indicadores de qualidade de vida – renda, educação e saúde – para obter uma avaliação da situação no Brasil.

Encontrou-se, preliminarmente, que o termo “qualidade de vida” está ligado às condições de vida das pessoas, considerando seu bem-estar físico, mental, psicológico e emocional, seus relacionamentos sociais – família e amigos. Ressalta-se como importante a situação da saúde, da educação, da renda familiar e de outros parâmetros referentes, que foram observados num âmbito nacional para permitir a comparação entre os estados brasileiros.

Dessa forma, verificaram-se imensas disparidades entre as cinco regiões em que se divide o país, abrangendo os aspectos referentes à renda, saúde e educação.

Em referência à renda, detectou-se que ela transcorre de R\$2.460,00, no Distrito Federal, para R\$ 605,00, no estado do Maranhão, variação essa que persiste nas áreas da saúde e da educação também. As condições de saúde, apesar de haver um serviço em nível nacional – SUS – para atender a todos de forma igual, repercutem as condições de saneamento básico e de renda com gritantes diferenças entre os estados, da mesma forma que elas coexistem também nos ambientes mais deficitários dos estados mais ricos.

Quanto à educação, seu *status quo* repete as diferenças já observadas na renda e na saúde, ainda que se observem pontuais picos de excelência em alguns estados da região Nordeste, onde a renda é menor dentre outras regiões.

Como, para esta autora, a Educação é a forma mais eficiente e duradoura de se promover transformações sociais e materiais para os indivíduos, destacaram-se, neste estudo, o papel da Educação, como política pública fundamental, e, por consequência,

a Educação Física, como disciplina integrante do currículo escolar, para serem os agentes de mudanças.

Entretanto, em uma abordagem evolutiva da oferta de Educação no Brasil, há se destacar a estagnação em que se encontram os índices referentes sem acrescentar significativamente melhoria que reflita de forma plena o estágio tecnológico dos países mais desenvolvidos do planeta, haja vista da, ainda recorrente, taxa de analfabetismo de 6,8% para pessoas com 15 anos ou mais e de 18,6%, na faixa de 60 anos. Essas taxas demonstram a herança de políticas educacionais ineficazes e ineficientes para criar um ambiente de possibilidades vitoriosas e promissoras. Daí, o entendimento de que a Educação Física, ao atuar como mediadora da relação interdisciplinar nas escolas, dada sua proximidade com a proposta de qualidade de vida, possa impulsionar o real progresso da Educação brasileira.

1.1 Problema:

O que os estudos apontam a respeito da qualidade de vida de crianças no Brasil e quais as contribuições da Educação Física para sua realização?

1.2 Objetivo Geral

- Realizar um estudo bibliográfico em torno dos elementos que interferem sobre a qualidade de vida de escolares brasileiros e, por seguinte, das contribuições da Educação Física para sua realização.

1.2.1 Objetivos Específicos

- Avaliar o significado do termo qualidade de vida e dos índices que o compõe (renda, saúde e educação);
- Compreender como se configura a qualidade de vida de escolares brasileiros;
- Situar o papel da Educação e da Educação Física na melhoria da qualidade de vida de escolares.

1.4 Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica que, segundo Lakatos e Marconi, se configura como o levantamento de pesquisas já publicadas sob a forma de livros, revistas e imprensa escrita, com a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com aquilo que foi produzido sobre determinado assunto (1987, p. 45). Para isso houve a seleção, a leitura e a interpretação de um conjunto de obras que tratam do tema e, em seguida procedeu-se à análise e à redação argumentativa do texto.

1.5 Justificativa

Como a relação entre os índices de desenvolvimento humano pode auxiliar a compreensão do conceito de qualidade de vida, procurar-se-á esclarecer a interferência de seus elementos – renda, saúde e educação – na vida dos escolares brasileiros.

Nesse sentido, para que se possa compreender o papel da Educação e da Educação Física nesse cenário, com base no estudo bibliográfico enfocado, buscar-se-á desenvolver argumentos que possam confirmar a percepção inicial, desta autora, da importância do aperfeiçoamento dos movimentos elementares das crianças para se obter saúde e propiciar qualidade de vida.

Dessa forma, é possível inferir que, por meio da Educação Física e sua intermediação no processo educacional, poder-se-á enriquecer a formação das novas gerações e aperfeiçoar a constituição de sua futura existência.

2 INFÂNCIA E QUALIDADE DE VIDA NO BRASIL

2.1 RENDA

Conforme descrito no site oficial do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população, a ONU – Organização das Nações Unidas, por intermédio dos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, criou uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano: o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (SOUSA, 2019).

Portanto, para os fins deste estudo, valeu-se do IDH do Brasil, em 2017, como parâmetro, uma vez que o significado mais próximo de qualidade de vida para os escolares no Brasil está vinculado à situação familiar, em especial, à sua renda, além de constituir uma ferramenta para a proposição de medidas educacionais e de políticas públicas.

O último Relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD) disponível para consulta é o divulgado em setembro de 2018 e indica que o Brasil ficou em 0,759 (escala de 0 a 1), ocupando a 79.^a posição (invariável desde 2014).

Além desses dados, ressalta-se a importância de se considerar também a educação, a saúde e a habitação, o saneamento básico e outras circunstâncias da vida, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Em referência aos dados da renda familiar *per capita*, viu-se que ela representa a divisão dos rendimentos da família pelo total de seus componentes em cada moradia cujo resultado médio no trimestre mai/jun/jul de 2019 (IBGE, 2019) foi de R\$ 2.286,00 (indisponível para grande parte dos brasileiros).

Da análise dos dados transcritos, pode-se verificar que a realidade econômica das famílias dos escolares entre os estados brasileiros é revestida de marcantes desigualdades, apresentando deficiências na qualidade de vida por todo o território

nacional, pois o Brasil vem enfrentando, desde o final de 2014, recorrente crise econômica.

Como a renda é, por excelência, a fonte de recursos para aquisição de bens, de suprimento das necessidades alimentares e de moradia, bem como de manutenção da saúde, também propicia acesso a melhor educação e melhor qualidade de vida. Por isso, sua relevância na composição do bem-estar das pessoas.

2.2 SAÚDE

Em relação à saúde do brasileiro (segundo componente do conceito de qualidade de vida), seu atendimento é feito pelo Sistema Único de Saúde – SUS e, em especial, pelo PNAISC – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, em relação às medidas para permitir o nascimento e o pleno desenvolvimento na infância, além de reduzir vulnerabilidades e riscos para o adoecimento e outros danos.

Dentre essas ameaças, assinalam-se surtos de doenças como dengue, sarampo, influenza, poliomielite e tuberculose cuja prevenção e combate são feitos por intensas campanhas de vacinação em todo o território nacional, além dos cuidados com doenças crônicas e com a morte prematura de crianças, garantindo-lhes, assim, o direito à saúde e à vida.

Para a PNAISC, a criança é vista como ser humano em pleno desenvolvimento cujas experiências nos primeiros anos de vida são fundamentais para sua formação. Assim sendo, é de alta relevância que seu crescimento se processe em ambiente saudável cercado de afeto e com liberdade para brincar, por meio da parceria entre pais, comunidade e profissionais de saúde, de assistência social e de educação, todos com o objetivo comum de cuidar da criança, educar e promover sua saúde e sua formação integral.

O desenvolvimento infantil, conforme descrito nessa política, sendo estimulado desde cedo propicia que se adquira autoconfiança, autoestima e desenvolva capacidade de relacionar-se bem com outras crianças, com a família e com a comunidade, tornando-se um adulto bem adaptado socialmente.

Para orientar e qualificar as ações e serviços de saúde voltados à criança, a PNAISC se propõe a protegê-la, incentivando o aleitamento materno, a fim de reduzir a morbimortalidade e a deficiência alimentar.

Ao se apontar a saúde como elemento essencial da qualidade de vida, desponta a importância do exercício de movimentos, objeto da Educação Física, como pressuposto de saúde e de bem-estar, uma vez que “A atividade física melhora a autoestima, o autoconceito, a imagem corporal, as funções cognitivas e de socialização. Ela também diminui o estresse, a ansiedade e o consumo de medicamentos” (VIEIRA, 2014, p.10).

Os ministérios da Saúde e da Educação criaram, em conjunto, o Programa Saúde na Escola – PSE, em 2007, para implementar ações voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira, a fim de promover sua saúde e educação integral. Assim, por meio de suas ações, buscam a redução dos fatores de risco para a saúde de professores e estudantes, evitando incapacitações e doenças que possam impactar diretamente no seu desempenho profissional e escolar.

Por sua relação com o bem-estar físico e psicológico das pessoas, promovem práticas corporais e atividades físicas (correr, caminhar, subir escadas, jogar bola), além de atividades de lazer (jogos, dança, ginástica, lutas, esporte e práticas orientais) como conteúdo das aulas de Educação Física numa ação multidisciplinar entre professores dessa área e profissionais da saúde.

Além do mais, quando se verifica que a qualidade de vida está baseada no estado de bem-estar físico, mental e social, encontra-se a afirmação de Vieira (2009, p.106) sobre: “[...] a estreita correlação existente entre nutrição e a saúde pública”. Em sequência, esse autor complementa: “A saúde física e a saúde mental dependem essencialmente do estado nutricional. Um homem desnutrido e faminto constitui um problema social sob vários aspectos” (idem, ibidem).

Especialmente, reportando-se à desnutrição e sua interferência no desenvolvimento infantil, Vieira (idem, ibidem) ainda assevera: “Os portadores de desnutrição têm maior predisposição às doenças infecciosas, as quais apresentam uma evolução mais rápida e assumem maior gravidade do que nos indivíduos normais”.

Essa influência, conforme se pode deduzir, tende a acompanhar o indivíduo em todas as fases de sua vida, acarretando malefícios na aprendizagem, na saúde e na qualidade de vida também em sua vida adulta e produtiva e não apenas na fase inicial de sua vida escolar.

Ressalta-se, portanto, o efeito multiplicador das ações voltadas para as crianças estudantes, uma vez que elas atuam como grandes influenciadoras das famílias e das comunidades, repassando atitudes positivas aprendidas na escola. Dessa forma, elas se tornam agentes de mudanças em sua comunidade familiar e social, repercutindo a qualidade de vida vivenciada na escola e ampliando esse conceito além das próprias fronteiras.

Esse comportamento pode ainda atuar como importante auxílio dos professores de Educação Física no combate ao sedentarismo característico dos tempos atuais, pois seus ensinamentos sobre bons hábitos em benefício da saúde e com vistas à boa qualidade de vida serão multiplicados por essas crianças.

2.3 EDUCAÇÃO

Em breve análise da Educação no Brasil (terceiro elemento da composição do conceito de qualidade de vida), tem-se que suas normas nacionais definem o período de nove anos para o Ensino Fundamental (Lei n.º 11.274/2006), de caráter obrigatório e gratuito na escola pública, abrangendo os aspectos físico, psicológico, intelectual e social, de forma a complementar a ação da família e da comunidade. Para completar a Educação Básica, somam-se mais três anos do Ensino Médio (Lei n.º 9394/1996).

Entretanto, verifica-se que, da atual população com 25 anos ou mais, 44,2 milhões (33,1%) não completaram o Ensino Fundamental e 16,8 milhões (12,5%) não terminaram o Ensino Médio. (IBGE/PNAD/2018)

Por outro lado, o retrato da Educação brasileira ainda mostra que 6,8% da população com 15 anos, ou mais, ainda são analfabetos (11,3 milhões pessoas); na faixa de 60 anos, ou mais, essa taxa chega a 18,6% de analfabetos (6 milhões de idosos).

Esse destaque é feito para demonstrar que o analfabetismo ocorrente na faixa de 15 a 60 anos se refere a adultos que podem ser pais ou avós das atuais crianças, indicando, nesse universo, a falta dos requisitos mínimos de elementar capacitação para se obter inserção no mercado de trabalho com bom salário. A composição da renda familiar vai, claramente, refletir essa realidade na caracterização da qualidade de vida de seus membros.

Além disso, uma vez que a maioria das crianças está matriculada na rede municipal, suas escolas nem sempre estão na área urbana, impondo dificuldades no acesso até elas e provocando redução no desempenho desses escolares, em razão dos esforços adicionais impostos pela mobilidade deficitária.

Ao se analisar as taxas de rendimento escolar – aprovação, reprovação e abandono – coletadas pelo Censo Escolar 2018 (Portal do INEP), verifica-se que, no Ensino Fundamental, ainda se registra um índice 9,5% de reprovação e 2,4% de abandono.

Diante desses dados, os referidos índices podem estar, em parte, também contaminados pelas dificuldades financeiras de muitas famílias para a manutenção das crianças na escola, levando-as, não raro, ainda nos tempos atuais, ao trabalho prematuro para contribuírem com a renda familiar.

Em suplemento a esse quadro, implementou-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para diminuir os índices de desnutrição dos escolares (igualmente, uma reincidente causa de abandono e de reprovação), fornecendo um cardápio de cerca de 350 quilocalorias e 9 gramas de proteínas por refeição, que, invariavelmente, é a única fonte de alimentos de milhões de crianças brasileiras matriculadas na rede pública de ensino.

Com esse fato, destacam-se a desnutrição, a reprovação e o abandono escolar como elementos de redução da perspectiva de melhor qualidade de vida dos escolares de baixa renda familiar, deixando evidentes a interligação do trinômio renda – saúde – educação.

Além do mais, justamente, desponta a faixa etária de 6 (seis) a 9 (nove) anos (foco deste trabalho) como a idade base para a alfabetização e estudos iniciais, visando ao domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

A verificação e o acompanhamento dos dados da escola sobre o rendimento dos alunos são feitos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP – cujas taxas coletadas por meio de exames padronizados indicam a qualidade educacional ofertada, propiciando a tomada de decisões para sua melhoria e reformulações a fim de se promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

Evidenciam-se, dessa forma, as condições que amparam o desenvolvimento infantil e as garantias de que a assistência dispensada se concretize de forma a cercar as crianças de todos os cuidados necessários ao seu bem-estar físico e psicológico.

Dentre essas medidas, sobressai a importância da Educação Física dentro do currículo escolar, uma vez que, por ser rica de informações motoras, sensoriais e culturais, propicia a introdução da criança num mundo onde ela vai aprender a respeitar e a valorizar seus colegas, além de despertar a atenção para uma vida saudável e para os benefícios de uma educação voltada para a interação e para o trabalho em equipe.

Mediante a exploração motora promovida por essa disciplina, a criança pode desenvolver consciência do mundo que a cerca e de si própria e ter estimulado o interesse pelos estudos de forma prazerosa e dinâmica.

Portanto, convém frisar a contribuição da Educação Física para, ao incentivar o interesse pelos estudos por meio da criação de um ambiente saudável e de condições higienistas, favorecer o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e atitudinal e, até mesmo, diminuir, do ponto de vista nacional, os índices de analfabetismo dentre os estados brasileiros.

Nesse aspecto, tem-se que Alagoas desponta com 17,2%, seguido de Piauí com 16,65; Maranhão, 16,3%; Paraíba, 16,1% e Sergipe, 13,9%, todos, portanto, da Região Nordeste. Ao se comparar esses índices do analfabetismo regional, ficam evidenciadas as desigualdades educacionais havidas no território brasileiro de forma concentrada nas regiões Norte e Nordeste. (IBGE, 2019)

Por outro lado, ao se focalizar nas deficiências da aprendizagem de escolares de seis a nove anos de idade, encontram-se estudos que convergem para esta constatação: “[...] os membros das camadas desfavorecidas são portadores de deficiências perceptivas, motoras, afetivo-emocionais e de linguagem, suficientes para explicar seu fracasso escolar” (NUNES, 2009, p.106).

Com base nessas pesquisas, definiu-se que as raízes das dificuldades da criança na escola advêm do grupo familiar e do grupo social em que vivem, determinando sua falta de domínio de atitudes e competências necessárias a uma boa aprendizagem e destinando-as ao fracasso escolar (NUNES, 2009, p.106). A respeito, Polity corrobora essa constatação, ao afirmar:

Concebo dificuldade de aprendizagem como uma condição bastante abrangente, que se manifesta sobretudo pelo fracasso escolar [...]. Esta condição tem um leque muito amplo de causas, mas [...] está intimamente relacionada com o sistema familiar, educacional e social no qual o sujeito está inserido (POLITY, 1998, p. 91).

Essa situação problemática reflete a frágil atenção dispensada aos benefícios que a Educação poderia propiciar na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. As crianças, em maior proporção, se ressentem das dificuldades em que vive a família.

Quanto a esse aspecto, buscou-se amparo, no estudo bibliográfico, do pensamento de autores que se preocupam com essas intercorrências para embasar o relato das contribuições da Educação, principalmente, da Educação Física para o estabelecimento da qualidade de vida na infância, conforme especificado a seguir.

3 EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA NA INFÂNCIA

Com o objetivo de se avaliar a qualidade de vida das crianças em idade escolar no Brasil, torna-se indispensável ter clareza quanto aos componentes desse conceito estabelecidos pelo IDH: renda, saúde e educação. Principalmente, deve-se destacar que tais itens estão voltados para pessoas adultas, já devidamente formadas e em condições de exercer uma profissão de modo formal, ou mesmo informal, com capacitação para prover as próprias necessidades e as da família de modo digno.

A respeito das crianças em desenvolvimento, apreciar sua qualidade de vida pressupõe que suas condições de bem-estar se revistam de particularidades não restritas a critérios econômicos e afins, uma vez que para elas se trata basicamente de ter ou não ter o necessário para se sentir feliz e confortável. Nesse caso, moradia segura e limpa em ambiente livre de ameaças à vida e à integridade física e emocional; alimentação que lhes assegure saúde, energia e crescimento; acesso a bens, serviços e conhecimentos oriundos da modernidade tecnológica sobressaem como essenciais.

No caso dos escolares, as necessidades secundárias ainda nem foram despertadas, mas se verifica que a satisfação das primárias pode estar ligada ao conceito de qualidade de vida infantil tanto no que se refere às necessidades básicas como segurança (moradia), de amigos, de afeto.

Para os mencionados escolares, pode-se depreender que a segurança emocional constitui os alicerces de um desenvolvimento pleno e integral, quando é derivada do desvelo familiar, de um ambiente livre de doenças incapacitantes e letais, de proteção contra a violência urbana e de garantia à mobilidade, permitindo-lhes frequentar escolas apropriadamente aparelhadas de modo a lhes garantir inserção nas camadas sociais mais favoráveis ao bem-estar.

Assim, com base no artigo 4.º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e na Convenção sobre os Direitos da Criança UNICEF/ONU, bem como nas descrições contidas em planos do PNAISC, PNPS e PSE (Ministério da Saúde) foi possível apresentar os seguintes quesitos, contendo determinadas condições a serem observadas:

- I. quanto à moradia: seu local deve oferecer as condições mínimas de higiene propiciadas pelo saneamento básico; deve dispor de água tratada, de energia elétrica e de limpeza cotidiana; deve estar protegida de catástrofes ambientais evitáveis; deve estar isenta de ameaças de pestes, de epidemias e de endemias; deve estar resguardada da violência humana;
- II. quanto à família: deve-se primar pelo ambiente propício e afetoso com vistas a proporcionar um crescimento físico e psicológico harmônico e saudável;
- III. quanto à escola: sua infraestrutura deve conter o necessário para promover o aprendizado, como: salas de aula limpas e arejadas, banheiros adequados, biblioteca, ou sala de leitura, devidamente equipada, bem como de quadra esportiva e de condições socioeducativas para formar um cidadão consciente de seus deveres e direitos.

Ao se voltar para a obra de Freire, “Educação de corpo inteiro”, encontra-se que a marca característica da criança é a atividade motora, ou seja, o movimento e a fantasia, uma vez que “[...] a criança vive e representa um sem número de relações.” (1991, p. 46).

Quando esse autor especifica que “[...] no brinquedo simbólico, a ação vai e vem incessantemente, da ação ao pensamento, modificando-se em cada trajeto [...]” (FREIRE, 1991, p. 46), possibilita a inferência de que o movimento é fundamental para o desenvolvimento infantil, não estando limitado à prática social, pois para ele o movimento atua como meio de adaptação, de transformação e de relacionamento com o mundo.

Nesse ponto, ao se ter em vista que a Educação Física é essencialmente a disciplina do movimento corporal, refinando-o para dar suporte ao ser humano em sua relação com o mundo a seu redor e para possibilitar-lhe resiliência diante de suas vicissitudes, surge a possibilidade de se valer dessa área escolar para oferecer melhor qualidade de vida aos estudantes no âmbito da saúde e de sua interação social, por meio dos exercícios físicos, dos jogos e dos esportes.

Essa possibilidade se faz marcante quando se encontra em Leite (2012, p.42) que a atividade física lúdica, sendo bem orientada, promove transformação por meio do prazer obtido ao exercê-la e, em razão disso, chega a melhorar a qualidade de vida das crianças. Em suas próprias palavras, especifica seu pensamento transcrito a seguir.

Toda atividade lúdica é uma atividade primária do ser humano, é a forma natural de atividade da criança, que é uma característica de sua necessidade espontânea de se movimentar, de brincar, com movimentos instintivos. Nesta fase a criança vivencia experiências indispensáveis ao seu processo de formação. Na grande maioria das vezes é para a criança uma atividade prazerosa, desafiante, motivante e de múltiplas soluções, levando-a a uma efetiva participação e à tomada de decisão (LEITE, 2012, p. 42).

Segundo Ribeiro (2013), o lúdico é parte integrante do mundo infantil de todos os seres humanos. Portanto, o olhar sobre o lúdico não deve ser dirigido apenas como diversão, mas, sim, como instrumento de grande importância no processo de ensino-aprendizagem na fase da infância.

Por essa perspectiva, os jogos e as brincadeiras, em virtude de sua característica de atividade em grupo, constituem uma ferramenta educacional para se praticar um convívio social saudável e desenvolver a liderança tão requisitada pelas empresas nos tempos atuais.

De acordo com o histórico descrito nos Parâmetros Curriculares da Educação Física (PCEF, MEC/SEF, BRASIL, 1997), a educação física deriva, no âmbito brasileiro, das instituições militares ainda no período imperial (concepção de disciplina) e da classe médica (melhoria de condição de vida). Isto porque se reconheceu sua função higienista, característica que remonta ao início do século 20, quando promoveu, inclusive, a transformação dos hábitos de saúde e de higiene da população com a alteração do pensamento retrógrado, próprio daquela época, de que a população branca não devia se submeter a esforços físicos para não se desqualificar (PCEF, 1997).

Resultante disso, verifica-se a considerável influência das instituições militares na educação do físico para ser mais saudável e menos vulnerável às doenças, a fim de formar indivíduos fortes e resistentes para atuar em defesa da pátria e de seus ideais em prol da ordem e do progresso da nação. (PCEF, 1997).

Por outro lado, ao estabelecer as “ metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres”, os referidos parâmetros (PCEF, 2017), concebidos no atual contexto das discussões pedagógicas, pretendem, em seus desígnios, oferecer aos educadores um referencial aberto e flexível, harmonizado às realidades regionais desde o respeito à concepção pedagógica de cada professor quanto à pluralidade cultural brasileira (MEC/PCEF, 2017).

Os referidos PCEF descrevem ser essa disciplina relevante ferramenta regulatória e de apoio para a elaboração de projetos educativos, para o planejamento das aulas, para a prática educativa e para a análise do material didático em sua busca de expandir uma visão meramente biológica para a incorporação das dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos, intensificando seu caráter integrador da multidisciplinaridade na grade curricular das escolas brasileiras.

Atualmente, a articulação de diferentes teorias psicológicas, sociológicas e concepções filosóficas têm expandido os campos de ação e de reflexão da referida disciplina, aproximando-a das ciências humanas em sintonia com múltiplas dimensões do ser humano. Em vista dessa condição, igualmente relevante se faz o papel do professor de Educação Física cujas competências estão descritas no artigo 3.º da Lei n.º 9.696 de 1.º de setembro de 1998, *verbis*:

Art. 3.º Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto.

Dada a importância da atuação dos professores de Educação Física quanto a sua função educativa em consonância com seu papel social, em 18 de agosto de 2003, o Conselho Federal de Educação Física – CFEF aprovou um Código de Ética para o exercício dessa profissão.

Assim, foi normatizada a articulação das dimensões técnica e social com a

dimensão ética para garantir ao mencionado profissional desempenhar suas funções na respectiva área, unindo o conhecimento científico e atitude ao saber fazer dentro de princípios éticos na promoção das atividades físicas, desportivas e afins.

Para tanto, o referido Código baseou-se em pesquisas científicas que conferem à Educação Física o caráter de atividade imprescindível à promoção e à preservação da saúde e à conquista de uma boa qualidade de vida, recomendando aos seus profissionais a relevância de obterem conhecimento técnico e especializado, bem como a necessidade do desenvolvimento de competência específica para sua aplicação a fim de estenderem a toda a sociedade os valores e os benefícios resultantes da sua prática.

Destarte, tornar-se-á esse professor apto para a prestação de atendimento melhor e mais qualificado a um universo maior e mais diversificado de pessoas, com base em um conjunto de princípios, normas e valores éticos livremente assumidos tanto na esfera individual como na coletiva.

Nessa linha, em encontro na cidade de Florianópolis (SC) realizado em maio de 2019, representantes do governo, acadêmicos, organizações não-governamentais e setor privado, participando do 23.º Encontro Nacional de Membros da Rede Esporte pela Mudança Social – REMS, ressaltaram, em debate sobre políticas públicas, o valor do esporte como motor do desenvolvimento humano. Todos os membros da sociedade ali representados defenderam promover mudança social por meio do fortalecimento dessas atividades de maneira integrada em nível nacional. Essa rede composta por mais de 10 mil funcionários e voluntários leva o esporte e a atividade física para mais de 400 mil pessoas por ano em 20 estados brasileiros.

Assim, pode-se afirmar que é inegável o relevante papel da Educação Física escolar para a integração do aluno na cultura corporal de movimento de forma completa, repassando-lhe não somente conhecimentos sobre a saúde e sobre várias modalidades do mundo dos esportes, mas também adaptando o conteúdo das aulas às distintas individualidades e à respectiva faixa etária. Com isso, pode propiciar o desenvolvimento holístico das potencialidades das crianças, projetando-lhes melhor futuro como pessoa adulta.

Não obstante, a socialização da criança procedente de qualquer segmento da sociedade ocorre por meio da recreação, de jogos e de brincadeiras nas escolas,

demonstrando, assim, também o importante papel da Educação Física no desenvolvimento de autoconfiança das crianças e dos adolescentes para interagirem com o grupo de escolares e dos adultos a seu redor, além de desenvolver suas habilidades motoras, conforme descrevem Lima e Silveira (2009). Para essas autoras, a interação lúdica com outros escolares propicia à criança exercitar o convívio com a diversidade social e com as respectivas limitações físicas e psíquicas. Além do contato com a pluralidade cultural, aprende a conviver e a respeitar os colegas e demais pessoas (LIMA e SILVEIRA, 2009). Destacam, ainda, a necessidade de se divulgar os valores da Educação Física na colaboração com o desenvolvimento social dos escolares, visando inclusive contribuir para melhorar sua saúde, diminuir riscos de doenças como a obesidade, hipertensão arterial, colesterol alto e doenças respiratórias e de positivamente ampliar suas habilidades nos esportes.

A prática escolar das atividades de Educação Física se caracteriza muito significativa na grade curricular dos estabelecimentos de ensino, haja vista dos benefícios inscritos em seu objetivo, tais como:

Despertar nos alunos o interesse nas atividades e exercícios corporais, criando convivências harmoniosas e construtivas, reconhecendo e respeitando as características físicas e desempenho de si e de outros indivíduos, sem segregá-los nem depreciá-los por qualidades e peculiaridades de seus aspectos físicos, sexuais e ou sociais (PCN/MEC, 1998, online).

Essa disciplina tem a incumbência de inserir, adaptar e incorporar os alunos no saber corporal de movimento, formando o cidadão que, segundo Betti (2002, p.1/9), irá produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, qualificando-se para desfrutar os jogos, os esportes, as danças, as lutas, as ginásticas e práticas de aptidão física, em proveito do exercício crítico dos direitos e deveres do cidadão para a benfeitoria da vida humana.

Nesse contexto, tem-se que, além de acrescentar benefícios para a educação intelectual e moral nas escolas, ela coopera para isso, uma vez que é também seu papel institucional instruir e estimular o aluno a formar uma posição crítica em relação aos segmentos de cultura corporal do movimento, tornando-se capaz de opinar a respeito.

Além disso, ao cultivar atitudes de respeito mútuo, de dignidade e de solidariedade para com o próximo, mediante valorização, conhecimento e aceitação da cultura corporal

dos diferentes grupos, promove condições para o convívio pacífico entre pessoas de diferentes círculos sociais.

Dentre as inúmeras outras vantagens promovidas pela educação física escolar, relativas ao incentivo da prática de esportes e outras atividades afins, citam-se comumente:

- Proporcionar o desenvolvimento motor;
- Colaborar para a integração social da criança e do adolescente;
- Contribuir para que os alunos adquiram autoconfiança;
- Aprimorar a autoestima;
- Propiciar que o aluno se expresse melhor;
- Favorecer as questões e vivências sobre o mundo que convivem;
- Auxiliar o aluno a conhecer e a compreender as mudanças e o limite do próprio corpo;
- Reduzir o estresse e as pressões do dia a dia;
- Cooperar para a aquisição de um estilo de vida melhor.

A respeito, inclusive, preconizou Dallo:

Os múltiplos e renovados enfoques da educação e de seu objeto levaram a mudanças substanciais nos critérios da pedagogia e da didática, na concepção de ensino e de aprendizagem do movimento como elemento transformador da natureza do homem e de sua capacidade de ação (2007, p. 297).

Ehrenfried (1991), médica e fisioterapeuta de origem alemã, com base em sua visão de que o corpo inteiro é construído para funcionar com um máximo de rendimento, afirma que os exercícios físicos praticados corretamente conseguem levar ao bom funcionamento do organismo humano com vistas a adquirir, preservar e até mesmo a regenerar aqueles com má saúde.

Em vista disso, emergem os exercícios físicos como pilares da constituição e da reconstrução dos seres humanos. Contudo, ao se considerar a faixa etária em referência, verifica-se que esse mundo infantil se reveste ainda de um entorno mágico permeado de ludicidade, onde jogos, brincadeiras, ginásticas, danças e atividades criativas,

desenvolvidos pela Educação Física, assumem um papel preponderante na condução do processo ensino-aprendizagem.

Justamente, é por meio dessa aprendizagem significativa, prazerosa e eficaz que a escola poderá agir em busca de proporcionar qualidade de vida a seus escolares, utilizando meios recreativos, mesmo que eletrônicos, para atrair o interesse de seus alunos e, assim, promover transformações. Mediante a realização do lúdico em suas atividades, pode-se inferir que o ambiente escolar consegue, de forma agradável, seu objetivo de impulsionar o desenvolvimento do ensino formal, mas, principalmente, de promover cooperação entre os alunos, de praticar comunicação eficaz entre os participantes, de realizar uma competição honesta e de reduzir a agressividade emanada de um meio familiar em conflito.

Portanto, cabe à Educação Física realizar ações que materializem os efeitos da qualidade de vida dos escolares vindos de hábitos alimentares saudáveis, da prática de movimentos físicos educativos e dos benefícios de uma socialização construtiva.

Nas escolas, a Educação Física, para muitos alunos, é uma das aulas mais agradáveis, sendo uma disciplina de aspecto preventivo em relação à saúde e bem-estar. Assim, ao se ter em vista os Parâmetros Curriculares Nacionais concernentes à Educação Física, pode-se destacar sua função de inserir, adaptar e incorporar o aluno no saber corporal de movimento, buscando formar o cidadão e preparando-o para desfrutar os jogos, os esportes, as danças, as lutas, as ginásticas e práticas de aptidão física, além de incentivá-los não só a buscar, mas também a obter a qualidade de vida almejada.

Dentre os benefícios fisiológicos proporcionados pelos movimentos exercitados na referida aula, Vieira (2009, p. 77) cita: “[...] força, flexibilidade, velocidade, agilidade, resistência, potência e outros fatores da coordenação muscular”. Além disso, a atividade física libera, no corpo humano, a endorfina (hormônio do prazer) cujo efeito na mente das pessoas contribui para o aumento da motivação, do bom humor, ajudando, inclusive, a controlar a ansiedade, o estresse e a depressão.

Não obstante, é notório que a prática regular de exercícios físicos traz imensos benefícios para o cérebro, pois, mesmo os movimentos mais simples ativam a troca de mensagens entre os neurônios, ao intensificar o fluxo sanguíneo e a conexão neuronal,

melhorando a oxigenação cerebral e produzindo a sensação de bem-estar tão esperada, quando se busca qualidade de vida por meio de cuidados com a saúde.

A vasta literatura pertinente permite se depreender que as atividades físicas propiciam aos alunos melhorar a saúde e diminuir riscos de doenças já corriqueiras na atualidade: obesidade, hipertensão arterial, colesterol alto e doenças respiratórias, contribuindo, igualmente, para o desenvolvimento de habilidades nos esportes e para a adoção de um estilo de vida mais saudável e equilibrado sob a orientação do respectivo professor.

Por meio dos movimentos exercitados em uma aula de Educação Física cujos benefícios atingem também o psiquismo deixando os alunos mais confiantes, menos estressados e mais amigáveis, pode-se conseguir a construção e reconstrução de hábitos impactantes em sua saúde.

Por intermédio da recreação, de jogos e de brincadeiras dirigidas, a escola pode oferecer às crianças os benefícios da socialização entre si, de si com a escola e com o mundo lá fora, preparando sua interatividade para conquistas mais amplas no futuro.

Diante disso, pode-se afirmar que a Educação Física tem a propriedade de desenvolver a autoconfiança mediante a interação do indivíduo com o grupo além de favorecer o desenvolvimento de suas habilidades motoras.

Em contrapartida, pode-se depreender que o papel socializador dessa disciplina contribui de forma significativa para diminuir e até mesmo erradicar a cruel prática de atitudes agressivas, verbais ou físicas, intencionais e repetitivas, ou seja, de *bullying* no meio escolar, proporcionando melhor inserção no meio familiar e melhor integração no meio socioeducativo de que os escolares fazem parte.

Crianças devidamente socializadas estão mais prontas a escutar as ideias e as opiniões dos seus amigos, a aceitarem pontos de vista diferentes dos seus, desenvolvendo boa integração em grupo e aptidões para trabalhos em times nas empresas.

Dessa forma, é importante que, nas relações com seus amigos e familiares, demonstrem ter aprendido a serem respeitosos e atenciosos com os demais. Esse aprendizado começa em sala de aula, mas se desenvolve nas práticas esportivas, aceitando a vitória ou a derrota em algum jogo e levando essa lição comportamental para

sua vivência como ser humano.

Deve-se destacar, igualmente, a finalidade comum das aulas de Educação Física em busca de atingir indistintamente a todos os alunos como ferramenta educacional de interação e cooperação em prol da socialização das potencialidades individuais.

Nessa conjuntura, pode-se ampliar a contribuição das aulas de Educação Física como eficiente instrumento para desenvolver as habilidades necessárias para tornar as crianças com deficiência visual, auditiva ou motora membros independentes e produtivos na sociedade em que vivem.

Como a atividade lúdica é altamente socializante, constitui uma ferramenta educacional muito útil para, mediante essas interações sociais, abrandarem os efeitos das debilidades físicas, bem como das intelectuais. Assim, jogos e brincadeiras devem ser desenvolvidos de maneira a promover a inclusão dessas crianças.

Com a aptidão física melhorada, a execução das habilidades de vida independente resulta mais fácil e menos estressante para o corpo do portador de alguma dessas deficiências. Além disso, a recreação é uma atividade social realizada em torno de amizades, de grupos familiares ou de turmas escolares, favorecendo sua aplicação para treinar exercícios físicos e melhorar sua aptidão e o convívio com outras pessoas, em consequência, realizar sua inclusão social.

Destarte, ao se ter em vista que a Educação Física pode abordar os movimentos na sua totalidade e globalidade, culminando em modalidades esportivas e respectivas habilidades motoras, depara-se com o precioso e grandioso potencial desempenhado por seus profissionais no desenvolvimento holístico de seus alunos, por meio da dança, das artes marciais, da ginástica, da natação, da caminhada, das corridas, dos jogos e da recreação. São inúmeros os benefícios proporcionados pelo exercício consciente dos movimentos, uma vez que, conforme se pode inferir, agem no comportamento humano atingindo suas manifestações cognitivas (operações mentais) e afetivo sociais (sentimentos e emoções), bem como no seu comportamento motor, preparando o educando para a vida em sociedade por ampliar seus espaços de convivência.

Registre-se, ainda, a vocação da Educação Física para atuar como elo entre as disciplinas escolares, facilitando a interdisciplinaridade das ações pedagógicas em prol da formação plena dos estudantes.

Ademais, pode-se observar que, nessa situação de interatividade, elementos como criatividade, percepção, atenção, habilidade e linguagem são exercitados e acrescentados na formação da criança.

Diante de tantas repercussões da Educação Física no desenvolvimento infantil, é indispensável que o profissional dessa área tenha formação específica com a devida capacitação para preparar e ministrar aulas e ensinamentos adequados.

Por meio do conhecimento das principais estratégias científicas para exercitar movimentos seguros e eficazes destinados a cada estágio de desenvolvimento dos alunos, esse professor poderá oferecer-lhes o crescimento adequado de suas potencialidades físicas, psíquicas e sociais e, assim, contribuir para ampliar sua qualidade de vida no presente e rumo ao futuro.

Dessa forma, pela aplicação dos processos sobre aprendizagem motora e da influência dos movimentos corporais no desenvolvimento socioafetivo, bem como da sintonia com outras áreas escolares, os profissionais da Educação Física poderão desenvolver seu trabalho imbuídos de outras ciências e atualidades para apoiar sua prática pedagógica.

Na Resolução CONFEEF n.º 307/ 2015, pode-se evidenciar a recomendação de princípios éticos no desempenho profissional da Educação Física, destacando-se, para fins deste estudo, dentre eles: i. o respeito à vida, à integridade e aos direitos do indivíduo; ii. a ausência de discriminação ou preconceito de qualquer natureza; iii. o respeito à ética nas diversas atividades profissionais; iv. a sustentabilidade do meio ambiente.

Dentre as diretrizes dessa atividade profissional estabelecidas na resolução em referência, destacam-se, igualmente, as seguintes: i. comprometimento com a preservação da saúde do indivíduo e da coletividade, bem como com o desenvolvimento físico, intelectual, cultural e social do beneficiário de sua ação; ii. autonomia no exercício da profissão, respeitados os preceitos legais e éticos e os princípios da bioética; iii. integração com o trabalho de profissionais de outras áreas, baseada no respeito, na liberdade e independência profissional de cada um e na defesa do interesse e do bem-estar dos seus alunos.

Ao estabelecer esse código de conduta profissional, teve-se em vista dignificar coletivamente a profissão, elevando a credibilidade dos serviços prestados pelos Profissionais da Educação Física aos escolares e à sociedade, principalmente, por ter em mente o caráter duplicador da Educação manifestado pelo próprio exemplo, que representa um modelo a nortear os passos dos alunos.

Por fim, em vista das responsabilidades inerentes ao exercício de sua função, bem como da proximidade vivenciada com os alunos, o professor de Educação Física reveste sua atuação de relevância basilar na constituição de hábitos saudáveis em seus alunos, conduzindo-os para repercutirem em seus atos os benefícios da qualidade de vida almejada. Com isso, esses infantes de seis a nove anos farão germinar em sua idade adulta sua afirmação como pessoa e como membro proativo de uma sociedade em constante construção.

4 CONCLUSÃO

Ao se investigar o problema proposto para este trabalho, pôde-se constatar uma rede internacional de amparo e proteção aos direitos da criança representada pelo UNICEF, agência da ONU, cujas ações assistenciais se refletem em todas as nações, mormente naquelas onde o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH apresenta riscos à sua integridade física e psicológica.

No Brasil, observou-se ampla legislação fundamentando as ações governamentais voltadas para os cuidados com a saúde e educação dos escolares de seis a nove anos no âmbito federal, estadual e municipal, especialmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Na área da Saúde, destacam-se os programas executados pelo Ministério da Saúde por meio do SUS e da PNAISC mediante ações ramificadas até os municípios onde atingem mais proximidade com a clientela indicada e maior número de atendimentos.

Da mesma forma, na área da Educação, os programas que visam desenvolver as potencialidades infantis e amparar seu desenvolvimento holístico são realizados pela esfera pública, amplificados pela rede municipal na oferta do ensino fundamental, sendo, também, difundidos para a rede estadual no ensino médio e pela rede federal no ensino superior. Esse atendimento é feito, igualmente, na esfera particular, por instituições de ensino que atendem alunos de renda compatível em todos os níveis educacionais.

Entretanto, quando se analisam os índices de analfabetismo para pessoas acima de 15 anos (11,3 milhões), de adultos que não completaram o Ensino Fundamental (44,2 milhões) e o Ensino Médio (16,8 milhões), verifica-se que as vulnerabilidades causadas pela baixa renda familiar em grande parte dos estados brasileiros resultam da baixa capacitação para assumir trabalhos específicos de maior renda.

Esse fato é bastante acentuado, chegando a contaminar a capacidade produtiva dos adultos e sua obtenção de melhor renda, provocando, dessa forma, desnutrição infantil em regiões mais carentes, péssimas condições das suas moradias, exposição da família a inúmeras doenças, além de muitas vezes impossibilitar a educação dos filhos.

Ressalte-se que os adultos já vêm herdando sucessivamente de seus antepassados essas inferências negativas da saúde e da lacuna educacional,

decorrência que merece ser interrompida e transformada em melhoria de suas condições existenciais.

O trinômio renda, educação e saúde, portanto, aponta para um IDH (0,759%) estagnado desde 2014, há 5 (cinco) anos, mostrando a inércia do progresso brasileiro e a distância a ser percorrida em busca de qualidade de vida.

Em que pese haver o IDH, além de outros índices pertinentes, para se avaliar o desenvolvimento humano sob as premissas da renda, da saúde e da educação, é possível apurar que esses fatores aplicam-se especialmente ao adulto.

Assim, para se aferir a qualidade de vida dos escolares, deve-se salientar que esses fatores se tornam aplicáveis para se apreciar o desenvolvimento das crianças nos respectivos ambientes vivenciais e não, propriamente, servir de índice para a qualidade de vida infantil em especial.

Destaca-se, então, o caráter subjetivo desses parâmetros para se caracterizar o bem-estar de uma criança de modo a se definir sua qualidade de vida em índices numéricos, sendo mais próprio se aplicar os valores intrínsecos de conceitos como insuficiente, razoável, bom e ótimo para se apurar a presença dos itens que suprem as necessidades básicas dos seres para lhes proporcionar bem-estar vivencial.

Entretanto, desses três componentes (renda familiar, educação e saúde), a renda está no cerne do tripé, sendo sua haste primordial cuja fragilidade contamina o equilíbrio das demais. Para a consecução da valiosa harmonia, todo o esforço de mudança deve se basear, do ponto de vista da autora deste trabalho, na Educação, elemento fundamental para se desencadear ações de transformações e de aperfeiçoamento, conforme amplamente abordado durante os estudos universitários. Como resultado dessa ascensão por meio da Educação, esse trio estático passará a se movimentar, ao feitiço de uma imensa roda, para produzir os benefícios necessários à família, à comunidade, à nação e à humanidade.

Ficou clara e cristalina, por conseguinte, a relevância das escolas para reforçar a inegável ligação do exercício dos movimentos e das atividades recreativas à saúde física e mental dos escolares de seis a nove anos, propiciando o necessário bem-estar para definir sua qualidade de vida nessa faixa etária.

Assim, ao se ter em vista que a disciplina de Educação Física se situa no eixo

primordial da cultura do movimento, refletindo seus benefícios na saúde e na socialização dos educandos, pôde-se confirmar a percepção inicial da autora deste trabalho quanto à importância do aprimoramento dos movimentos elementares característicos das crianças para atingir sua sedimentação como alicerce da saúde e da qualidade de vida do ser humano para toda a extensão de sua existência.

Nesse contexto, no centro das atividades escolares, está o professor de Educação Física, no caso, esta estudiosa dessa área, realizando um de seus objetivos de vida, ao distribuir alegria, ensinar cuidados corporais, exemplificar atitudes positivas e propor exercícios de fixação de hábitos saudáveis que repercutirão na personalidade dos futuros cidadãos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Rita. Como a vida das crianças brasileiras mudou em 2 décadas. **Exame**, São Paulo, 15 jul. 2015. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/como-e-a-vida-de-criancas-e-adolescentes-no-pais-em-numeros/>>. Acesso em: 3 mai. 2019.

BETTI, M.; ZULIANE, L. R. Educação Física Escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 73-81, 2002. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1363>>. Acesso em: 3 mai. 2019

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes Curriculares Nacionais**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Secretaria de Ensino Fundamental, 1998. v. 7.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

_____. Resultados e resumos. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, Brasília, [s.l.]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

_____. Sobre o PNAE. **Ministério da Educação**, Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Panorama da Educação**: destaques do *Education at a Glance* 2019. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Diretoria de Estatísticas Educacionais, 2019. 28p. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6736149>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação física** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 96p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2019

CHIARA, M. de. Ano começa com queda de 5,2% no consumo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2019. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ano-comeca-com-queda-de-5-2-no-consumo,70002790571>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

DALLO, A. **A ginástica como ferramenta pedagógica**. Trad. José G. Massucato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

EHRENFRIED, L. **Da educação do corpo ao equilíbrio do espírito**. Trad. Maria Angela dos Santos. São Paulo: Summus, 1991.

FRANCISCO, W. C. e. Divisão regional brasileira. **Brasil Escola**, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/brasil/divisao-regional-brasileira.htm>>. Acesso em: 4 mai. 2019.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro. São Paulo: Editora Scipione, 1991.

HERCULANO, Selene. Em busca da boa sociedade. Niterói: Eduff, 2006, 426p.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 146p.

_____. **Pesquisa nacional de saúde do escolar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 132p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2019

INEP. **Resumo Técnico**: Censo da Educação Básica 2018 [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. 66p. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2018.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2019

LEITE, A. **O movimento nosso de cada dia**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012.

MACHADO, A. M. et al. **Psicologia Escolar**: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. Merenda escolar. In: **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Midiamix Editora Digital, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/merenda-escolar/>>. Acesso em: 1 set. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Nações Unidas Brasil**, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/unicef->>. Acesso em: 3 mai. 2019.

NUNES, A. I. B. L; SILVEIRA, R. N. **Psicologia da Aprendizagem**: processos, teorias e contextos. Brasília: Liber Livro, 2009.

POLITY, E. **Psicopedagogia**: um enfoque sistêmico. São Paulo: Vetor Editora, 2004.

RIBEIRO, S. S; MALAQUIAS, M. S. A importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem no desenvolvimento da infância. **Psicologado**, [s.l.], set. 2013. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-escolar/a-importancia-do-ludico-no-processo-de-ensino-aprendizagem-no-desenvolvimento-da-infancia>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

SARTORI, H. O saneamento básico no Brasil. **Portal do Saneamento Básico**, [s.l.], 25 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.saneamentobasico.com.br/o-saneamento-basico-no-brasil-por-hiram-sartori/>>. Acesso em: 19 set. 2019.

SILVA, W. S. Regiões do Brasil. **Infoescola**, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/geografia/regioes-do-brasil>>. Acesso em: 4 mai. 2019.

SOUSA, R. IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. **Brasil Escola**, São Paulo, [s.l.]. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/idh-indice-desenvolvimento-humano.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

VIEIRA, A. A. U. **Atividade física**: qualidade de vida e promoção da saúde. São Paulo: Farol do Forte, 2009.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 2. Edição. São Paulo: Atlas, 1987.